

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL



LEI DE EXECUÇÃO PENAL
QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

*Quebrando
Questões*

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

01) Com relação às condições de tratamento do preso, a Constituição Federal prevê que:

- A) em caso de transgressão disciplinar, o preso poderá ser obrigado a realizar trabalhos forçados.
- B) não é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- C) os presos poderão ser privados de água e refeição caso cometam transgressões disciplinares graves.
- D) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- E) a pena será cumprida em estabelecimentos semelhantes entre si, de acordo com a natureza do delito e a quantidade de pena a que o preso foi condenado.

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

02) Segundo a Lei nº 7.210/1984, a execução penal tem por objetivo:

- A) viabilizar os resultados de projetos restritos às funções penitenciárias, mediante ato do Poder Executivo, após autorização legislativa prévia.
- B) separar do meio social os indivíduos inaptos ao convívio em sociedade, selecionados após análise criteriosa baseada nas teorias criminológicas de Lombroso.
- C) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da comunidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- D) prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de objetivo igual ao de uma condenação.
- E) efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

(CESPE/TJ-DFT/2019)

03) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal, competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

04) A execução da sentença de condenação penal proferida pela Justiça Militar Estadual, estando o sentenciado custodiado em uma Penitenciária Federal, compete à

- A) Justiça Comum Estadual.
- B) Justiça Comum Federal.
- C) Justiça Militar da União.
- D) Justiça Militar Estadual.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

05) Segundo a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, é INCORRETO afirmar que:

- A) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- B) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- C) A Lei de Execuções Penais não aplicar-se-á ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- D) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

06) Segundo o art.5º da Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, tratando-se, destarte, do princípio da:

- A) igualdade.
- B) legalidade
- C) jurisdicionalidade.
- D) intransmissibilidade da pena.
- E) individualização da pena.

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

07) Analise as seguintes afirmativas e a relação proposta entre elas.

I. A classificação dos condenados será feita administrativamente pela Comissão Técnica de Classificação – CTC – que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas, devendo propor ao magistrado, sem caráter vinculativo, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

ISTO REFORÇA A TESE DE QUE

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

II. é mista ou complexa a natureza jurídica da execução penal, por envolver atividade jurisdicional e administrativa, prevalecendo a primeira, conforme sustenta parte da doutrina.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- D) A afirmativa I é falsa, e a II é verdadeira.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

08) Segundo a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade. Esta Comissão deverá ser composta, no mínimo, por dois chefes de serviço e:

- A) Um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- B) Um psicólogo, um assistente social e um enfermeiro.
- C) Um psiquiatra, um assistente social e um enfermeiro.
- D) Um assistente social, um farmacêutico e um psicólogo.

(IADES/SEAP-GO/2019)

09) Considerando que o cumprimento de pena deve ser pautado pela individualização da respectiva execução, bem como objetivar a integração social do condenado, a Lei no 7.210/1984 dispõe acerca das medidas a serem tomadas. Nesse sentido, no que diz respeito às regras de classificação dos condenados dispostas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Os condenados serão classificados segundo a respectiva periculosidade, que será medida, entre outros critérios, pelo fato de integrarem ou não facção criminosa.
- B) A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação, que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.
- C) O condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto deverá ser submetido, no início da execução da pena, ao exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- D) Apenas os condenados por crime hediondo praticado dolosa ou culposamente serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de ácido desoxirribonucleico (DNA), por técnica adequada e indolor.
- E) A Comissão Técnica de Classificação, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, poderá apenas se valer de exames psiquiátricos os quais deverão ser realizados por profissionais específicos da área, e nada mais.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

10) De acordo com a Lei de Execução Penal, os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos, incluída a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo, serão submetidos, prioritariamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

(Q2/Q2/2020)

11) Raykisuel foi condenado por ter praticado crime, dolosamente, com violência de natureza grave contra Farias. Com isso, Raykisuel será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

De acordo com as alterações na Lei de Execução Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), analise a assertiva:

A regulamentação relacionada à identificação do perfil genético deverá constar garantias mínimas de proteção, observando as melhores práticas da genética forense.

(Q2/Q2/2020)

12) Raykisuel foi condenado por ter praticado crime, dolosamente, com violência de natureza grave contra Farias. Com isso, Raykisuel será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

De acordo com as alterações na Lei de Execução Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), analise a assertiva:

Raykisuel não poderá ter acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, pois são de caráter sigiloso.

(Q2/Q2/2020)

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

13) Raykisuél foi condenado por ter praticado crime, dolosamente, com violência de natureza grave contra Farias. Com isso, Raykisuél será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

De acordo com as alterações na Lei de Execução Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), analise a assertiva:

Caso não seja submetido à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional, Raykisuél deverá ser submetido ao procedimento durante o cumprimento da pena.

(Q2/Q2/2020)

14) Raykisuél foi condenado por ter praticado crime, dolosamente, com violência de natureza grave contra Farias. Com isso, Raykisuél será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

De acordo com as alterações na Lei de Execução Penal pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), analise a assertiva:

Caso Raykisuél recuse a se submeter ao procedimento de identificação do perfil genético, será aplicada falta grave.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

15) No ano de 2012 a Lei de Execução Penal teve incluído um artigo que determina que os determinados condenados serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. A técnica utilizada deve ser adequada e indolor.

II. Serão submetidos ao procedimento exclusivamente os condenados por crimes sexuais.

III. A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.

IV. A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

(CESPE/SLU-DF/2019)

16) Sandra, de dezesseis anos de idade, foi admitida em um centro socioeducativo de internação feminino. No acolhimento, o assistente social que a atendeu identificou os principais elementos da história de vida da adolescente: seus pais morreram quando ela ainda era bebê, por isso foi criada por sua avó paterna, Janete, atualmente com setenta anos de idade, com quem ainda reside. A avó é tutora de Sandra e de outros três netos menores de idade, que são as únicas pessoas que moram com ela. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente de pensão especial indenizatória a que Janete tem direito. Sandra está grávida de doze semanas e seu namorado, Pedro, de vinte e oito anos de idade, usuário de drogas e genitor do nascituro, cumpre pena em regime fechado por tráfico de drogas.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

A Pedro, namorado de Sandra, devem ser garantidos os serviços de atenção à saúde definidos pelo sistema penitenciário em que ele cumpre pena.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

17) Segundo a Lei de Execução Penal, a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A assistência estende-se ao egresso.
- B) A assistência será material, à saúde, jurídica, sexual, educacional e religiosa.
- C) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- D) O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

(FCC/DPE-AM/2018)

18) A assistência material ao preso

A) compreende a garantia de instalações higiênicas, além do fornecimento de alimentação e vestuário, que podem ser exigidos judicialmente tanto no plano individual como por meio de tutela coletiva.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- B) garante o apoio assistencial ao preso por entidades de caridade e organizações não-governamentais.
C) revela o caráter assistencialista da execução penal em prol da ressocialização por meio do trabalho e do estudo.
D) é um exemplo de contrariedade e oposição entre o disposto na Lei de Execução Penal e nas Regras de Mandela.
E) consiste na entrega de materiais para trabalho pela direção da unidade prisional, de modo a possibilitar a remição.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

19) Nos termos da Lei de Execução Penal, a assistência à saúde do preso e do internado terá caráter

- A) preventivo e compreenderá atendimento médico e farmacêutico.
B) curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
C) curativo e retributivo e compreenderá atendimento médico, odontológico e psicológico.
D) preventivo e curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

(FCC/DPE-SC/2017)

20) Obre a assistência na execução penal, é correto afirmar:

É vedada a assistência à saúde fora do estabelecimento prisional no regime fechado.

(INSTITUTO AOCP/SEJUS-CE/2017)

21) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta poderá ser prestada em outro local somente mediante autorização do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pelo estabelecimento.

(INSTITUTO AOCP/SEJUS-CE/2017)

22) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

23) A instrução escolar de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau é o objetivo específico da assistência educacional prestado ao preso ou internado.

(INSTITUTO AOCP/SEJUS-CE/2017)

24) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, sendo o ensino de 1º grau facultativo, integrando-se no sistema escolar municipal, devendo ser reduzida a pena do preso ou internado que optar pelo estudo.

(FCC/DPE-SC/2017)

25) Obre a assistência na execução penal, é correto afirmar:

A assistência educacional na Lei de Execução Penal prevê o princípio da universalização, bem como modalidade de ensino de educação de jovens e adultos – EJA.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

26) O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

27) É vedada a delegação ou qualquer tipo de participação de entidades privadas nas atividades educacionais das unidades ou estabelecimentos prisionais.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

28) Sobre a assistência educacional na execução penal, é correto afirmar que

- A) o ensino profissionalizante se destina aos presos de baixa periculosidade.
B) os sistemas de ensino oferecerão aos presos cursos supletivos de educação de jovens e adultos.
C) o ensino universitário é restrito aos presos em livramento condicional.
D) disciplinas que estimulem o senso crítico devem ser evitadas por medida de segurança pública.
E) o ensino fundamental será ministrado de forma voluntária por presos que tenham habilidades específicas.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

29) A lei de execução penal garante assistência ao preso. Incumbe ao serviço de assistência social:

- A) Relatar, de forma oral ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo preso.
B) Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
C) Promover de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
D) Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios do Sistema de Saúde e do seguro desemprego.
E) Não cabe ao serviço de assistência social orientar e amparar, quando necessário, a vítima.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

30) Estabelece a Lei de Execução Penal que a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. NÃO incumbe ao serviço de assistência social:

- A) Conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.
B) Apurar a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo.
C) Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

D) Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

31) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar:

- A) Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.
- B) A critério do gestor da unidade, poderá ser destinado, no estabelecimento prisional, um local apropriado para os cultos religiosos.
- C) A assistência religiosa será prestada aos presos e aos internados como forma de ressocialização e como um indicativo para a progressão da pena.
- D) A posse de livros de instrução religiosa somente será permitida nos locais próprios para os cultos religiosos.
- E) A atividade religiosa, com liberdade de culto, será obrigatória, integrando-se no sistema de assistência social.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

32) Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F) sobre a Lei de Execução Penal.

() A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

() A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

() A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

() A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

() A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, obrigados a participar de atividade religiosa e dos serviços organizados no estabelecimento penal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V • V • V • V • F
- B) V • V • F • V • F
- C) V • F • V • V • F
- D) F • V • V • V • V
- E) F • V • V • F • V

(FCC/DPE-SC/2017)

33) sobre a assistência na execução penal, é correto afirmar:

Assistência religiosa viola a laicidade do Estado, tendo sido reconhecida sua não recepção pela Constituição de 1988 segundo o Supremo Tribunal Federal.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

34) De acordo com a Lei de Execução Penal, para fins de execução penal, considera-se egresso:

1. o preso em regime aberto.
2. o liberado definitivo, pelo prazo de 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
3. o liberado condicional, durante o período de prova.
4. o acusado que tiver a prisão ilegal relaxada até o julgamento final do processo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

(Fundação La Salle/SUSEPE-RS/2017)

35) Considera-se egresso para os efeitos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

III - o preso provisório, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

IV - o reincidente por crime doloso ou culposos.

Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas a II.
- E) I, II, III e IV.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

36) Assinale a alternativa que contenha a descrição condenado que NÃO seria egresso para os efeitos da Lei de Execução Penal:

- A) Fulano de Tal, em suspensão condicional da pena.
- B) Fulano de Tal, liberado condicional, durante o período de prova.
- C) Fulano de Tal, liberado condicional, que teve prorrogado o seu período de prova.
- D) Fulano de Tal, liberado definitivo, tendo saído do estabelecimento prisional há seis meses.

(INSTITUTO AOCP/SEJUS-CE/2017)

37) A assistência ao egresso consiste na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de até 6 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado, no máximo, por duas vezes, sendo comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

38) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, será remunerado e está sujeito à Consolidação das Leis Trabalhistas.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

39) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

40) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 2/4 (dois quartos) do salário mínimo.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

41) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

42) Sobre as Disposições Gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto ao Trabalho do condenado, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

II. Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

III. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

IV. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

43) O condenado à pena privativa de liberdade e o preso provisório estão obrigados ao trabalho, na medida de suas aptidões e capacidades.

(IESES/TJ-AM/2018)

44) Está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade, segundo a Lei de execução penal, o condenado à:

- A) Pena alternativa de liberdade.
- B) Pena de multa.
- C) Pena restritiva de direitos.
- D) Pena privativa de liberdade.

(FCC/DPE-AM/2018)

45) Sobre a remição na execução penal, é correto afirmar que o preso provisório pode remir a pena pelo trabalho e pelo estudo e terá os dias descontados em caso de posterior condenação.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

46) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. Nesse contexto, com relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:

- A) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- B) Os doentes ou deficientes físicos não trabalharão em nenhuma hipótese.
- C) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade também serão remuneradas.
- D) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, dentre outros objetivos, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.
- E) O preso condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

(VUNESP/DPE-RO/2017)

47) Sobre o trabalho interno do preso, é correto afirmar que

- A) os doentes ou deficientes físicos não podem exercer atividade laboral por expressa disposição legal.
- B) a jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.
- C) não há na Lei de Execução Penal previsão sobre trabalho do preso provisório.
- D) na atribuição do trabalho não deverão ser levadas em conta as oportunidades oferecidas pelo mercado.
- E) o trabalho não deverá ter como objetivo a formação profissional do condenado, mas tão somente a sua recuperação.

(MPE-MS/MPE-MS/2018)

48) O trabalho externo para preso em regime fechado é possível na realização de serviços e obras públicas prestadas por entidades privadas.

(FUNDATEC/PC-RS/2018)

49) Em relação ao trabalho do preso, é possível afirmar que o trabalho externo é autorizado aos condenados que cumprem pena no regime fechado, desde que em serviços ou obras públicas, que poderão ser realizados por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as medidas contra fuga e em favor da disciplina, ou seja, com escolta.

(FCC/DPE-AM/2018)

50) Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso

- A) sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- B) em entidade privada depende de seu consentimento expresso.
- C) deve ser remunerado quando consistir em tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade, sob pena de configurar trabalho escravo.
- D) provisório pode ser interno e externo em razão do princípio da presunção de inocência a que se submete.
- E) deve ser remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário-mínimo.

(AOC/SUSIPE-PA/2018)

51) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

52) A realização de trabalho externo depende da autorização da direção do estabelecimento penal, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto da pena), considerando o tempo da prisão preventiva e da pena no regime fechado.

(AOC/SUSIPE-PA/2018)

53) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena.

(FCC/TJ-SC/2017)

54) Sobre o trabalho externo do preso, é correto afirmar que

- A) é possível na realização de serviços e obras públicas prestados por entidades privadas.
- B) só é possível em entidades públicas.
- C) a autorização será revogada com a prática de qualquer infração penal.
- D) somente poderá ser concedida após o cumprimento de 1/3 da pena.
- E) o limite máximo de presos será de 20% do total de empregados.

(CESPE/DPE-AL/2017)

55) Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.

(CESPE/DPE-AL/2017)

56) O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.

(FEP/SE/SJC-SC/2019)

57) De acordo com a Lei de Execução Penal, constituem deveres do condenado:

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

1. submissão à sanção disciplinar imposta.
2. conservação dos objetos de uso pessoal.
3. higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento.
4. indenização à vítima ou aos seus sucessores.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

(IBFC/SEAP-MG/2018)

58) Em conformidade com o previsto na Lei de Execuções Penais, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Dentre estas obrigações, assinale a alternativa correta quanto ao que pode ser citado como dever do condenado:

- A) exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena
- B) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- C) audiência especial com o diretor do estabelecimento
- D) entrevista pessoal e reservada com o advogado
- E) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

59) Segundo a Lei de Execução Penal, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Sobre os deveres dos presos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.
- II. Indenização à vítima ou aos seus sucessores.
- III. Conservação dos objetos de uso pessoal.

IV. Indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

60) De acordo com a Lei de Execução Penal, para fins de execução penal, considera-se egresso:

1. o preso em regime aberto.
2. o liberado definitivo, pelo prazo de 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
3. o liberado condicional, durante o período de prova.
4. o acusado que tiver a prisão ilegal relaxada até o julgamento final do processo.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

61) O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

62) Em relação aos direitos contidos na lei de execução penal impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Marque a alternativa que indica direito concedido ao preso:

- A) Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- B) Visita controlada e apenas do cônjuge e de parentes.
- C) Chamamento por número.
- D) Audiência especial com o supervisor do estabelecimento.
- E) Representação e petição apenas ao diretor, em defesa de direito.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

63) A Lei de Execução Penal impõe a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Sobre o tema, é possível dizer que NÃO constitui direito do preso:

- A) Chamamento nominal.
- B) Submissão à sanção disciplinar imposta.
- C) Atribuição de trabalho e sua remuneração.
- D) Audiência especial com o diretor do estabelecimento.

(VUNESP/TJ-SP/2017)

64) As faltas disciplinares estão sujeitas ao princípio da legalidade, cabendo à legislação local especificar as leves e as médias, admitida a imposição de sanções coletivas e punida a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

65) Sobre as disposições gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto à disciplina, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É vedado o emprego de cela escura.
- B) São permitidas as sanções coletivas.
- C) As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.
- D) Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

(INSTITUTO AOC/SEJUS-CE/2017)

66) Um grupo de presos, com o intuito de subverter a ordem e a disciplina no estabelecimento penal, incita os outros presos a se rebelarem. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), qual medida sancionatória deverá ser aplicada aos presos que incitaram a rebelião?

- A) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.
- B) Deverá ser aplicada sanção de recolhimento em cela escura e individual.
- C) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas em legislação local para o cometimento de faltas médias.
- D) Deverão ser aplicadas, individualmente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.

(IBFC/SEAP-MG/2018)

67) A respeito da disciplina exigida dos internos, durante o cumprimento da prisão provisória ou definitiva, segundo o disposto na Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta:

- A) no cumprimento de sanções disciplinares, admite-se o emprego de cela escura
- B) na execução das penas privativas de liberdade, o poder disciplinar deverá ser exercido pelo agente penitenciário de maior hierarquia
- C) o condenado à pena restritiva de direitos não se sujeita à disciplina
- D) como decorrência do cometimento de transgressões disciplinares, admite-se a aplicação de sanções coletivas
- E) não deve haver falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar

(CESPE/SERES-PE/2017)

68) A autoridade administrativa deverá comunicar ao juiz da execução a punição pelo cometimento de faltas leves, médias e graves.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

69) “Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as _____, bem assim as respectivas sanções. Pune-se a tentativa com a sanção correspondente _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) médias e leves / à falta consumada
- B) leves / à metade da falta consumada
- C) médias / a um terço da falta consumada

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

D) graves, médias e leves / a um quarto da falta consumada

(CESPE/SERES-PE/2017)

70) Tentada ou consumada, a conduta ensejadora de falta disciplinar grave será punida com a mesma sanção, sem abrandamento.

(FGV/MPE-RJ/2019)

71) André foi condenado em primeira instância pela prática de um crime de latrocínio e, como respondeu ao processo na condição de preso, foi extraída carta de execução provisória. Durante a execução provisória de sua pena, André foi encontrado com vários aparelhos de telefonia celular e uma faca escondidos em sua cama.

Descobertos os fatos por agentes penitenciários, André:

A) poderá ter reconhecida contra si a prática da falta grave pelo diretor do estabelecimento penitenciário, desde que a conduta seja assim prevista e que seja instaurado procedimento administrativo prévio, assegurado direito de defesa;

B) Não poderá ser punido com regressão de regime caso a conduta não esteja prevista em lei como falta grave, mas poderá ser colocado em regime disciplinar diferenciado por determinação do diretor do presídio;

C) poderá ser punido em decisão direta proferida pelo juízo da execução, desde que a conduta esteja prevista como falta grave, não sendo necessária a oitiva do apenado ou de sua defesa técnica;

D) poderá ser punido, independentemente de o fato estar previsto como falta grave no momento de sua prática, já que a execução penal não está sujeita ao princípio da legalidade;

E) não poderá ser punido, ainda que a conduta esteja prevista como falta grave em lei, pois sua condenação não é definitiva.

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

72) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que, EXCETO:

A) tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

B) provocar acidente de trabalho.

C) incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.

D) praticar fato previsto como crime culposos.

E) possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

73) Segundo o entendimento que prevalece na jurisprudência, o reconhecimento judicial da prática de falta disciplinar grave gera o seguinte efeito em relação à contagem do estágio da progressão de regime e do livramento condicional:

A) Interrompe a contagem do estágio da progressão de regime e do livramento condicional.

B) Não interrompe a contagem dos estágios da progressão de regime ou do livramento condicional.

C) Interrompe a contagem do estágio da progressão de regime, porém não a do livramento condicional.

D) Não interrompe a contagem do estágio da progressão de regime, mas, sim, a do livramento condicional.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

74) Segundo os termos da Súmula n. 534 do STJ, a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração. Por sua vez, dispõe a Súmula n. 535 do STJ que a prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

(MPE-SP/MPE-SP/2019)

75) Quanto aos efeitos da falta grave na execução da pena, interrompe a contagem

A) do prazo para obtenção de livramento condicional, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração, a teor da Súmula 441 do STJ.

B) do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração, a teor da Súmula 534 do STJ.

C) do prazo para fim de comutação de pena ou indulto, a teor da Súmula 535 do STJ.

D) dos prazos para a obtenção de livramento condicional e para fim de comutação de pena ou indulto, a teor das Súmulas 441 e 535 do STJ.

E) dos prazos para a obtenção de livramento condicional e progressão de regime de cumprimento de pena, os quais se reiniciam a partir do cometimento dessa infração, assim como para fim de comutação de pena ou indulto, a teor das Súmulas 441, 534 e 535 do STJ.

(Q2/Q2/2020)

76) Com a aprovação do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19), a LEP passou a ter uma nova sanção para o condenado à pena privativa de liberdade que comete falta grave.

(Q2/Q2/2020)

77) Lidier, argentino e preso provisório, praticou crime doloso, constituindo, assim, falta grave, além de ocasionar subversão da disciplina interna do estabelecimento penal.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

Conforme as alterações apresentadas pelo Pacote Anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, responda a assertiva abaixo.

Por ser estrangeiro, Lidier não poderá se submeter ao regime disciplinar diferenciado.

(Q2/Q2/2020)

78) Lidier, argentino e preso provisório, praticou crime doloso, constituindo, assim, falta grave, além de ocasionar subversão da disciplina interna do estabelecimento penal.

Conforme as alterações apresentadas pelo Pacote Anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, responda a assertiva abaixo.

Lidier será submetido ao regime disciplinar diferenciado com duração máxima de até trezentos e sessenta dias.

(Q2/Q2/2020)

79) Raniel foi submetido ao regime disciplinar diferenciado por ter subvertido ordem interna. Conforme as alterações trazidas do Pacote Anticrime, Raniel:

- A) Poderá receber visitas semanais por pessoa da família com duração de até duas horas.
- B) Terá o direito de sair da cela para tomar banho de sol por duas horas diárias em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.
- C) Poderá ficar em regime disciplinar diferenciado por até 360 dias.
- D) Caso seja estrangeiro não se submeterá ao regime disciplinar diferenciado.

(Q2/Q2/2020)

80) A Lei de Execução Penal prevê expressamente o regime disciplinar diferenciado do condenado em determinados casos. Com a aprovação do Pacote Anticrime, foram inseridas novas características relacionadas ao regime disciplinar diferenciado. Consiste em uma das características do RDD:

- A) A participação em audiências judiciais obrigatoriamente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.
- B) Entrevistas sempre monitoradas, inclusive aquelas com o defensor do condenado.
- C) Fiscalização do conteúdo da correspondência do condenado.
- D) Direito do preso à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol, em grupos de até três presos,

(CESPE/SERES-PE/2017)

81) O Regime Disciplinar Diferenciado é modalidade de sanção disciplinar aplicável ao preso condenado, mas não ao preso provisório.

(VUNESP/DPE-RO/2017)

82) Em relação à disciplina do preso, assinale a alternativa correta.

- A) O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pelo juiz da execução.
- B) A prática de fato previsto como crime doloso não constitui falta grave, pena de, em assim sendo, haver caracterização de bis in idem.
- C) A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
- D) O preso sujeito ao regime disciplinar diferenciado pode ficar sujeito ao cumprimento de parte de sua pena em cela escura, desde que se observe o limite de 10% do quantum da pena a se cumprir em referida cela.
- E) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta disciplinar consumada.

(CESPE/DPE-DF/2019)

83) Considerando o entendimento jurisprudencial do STJ, julgue o item a seguir em relação às faltas disciplinares praticadas no curso da execução penal.

O reconhecimento de falta grave decorrente da prática de fato definido como crime doloso independe do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

(Q2/Q2/2020)

84) Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

(Q2/Q2/2020)

85) Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros que apresentem médio risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

(CESPE/PF/2018)

86) Julgue o item que se segue, relativos a execução penal, desarmamento, abuso de autoridade e evasão de dívidas.

Preso provisório não pode ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

(Q2/Q2/2020)

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

87) Rosenildo foi condenado a 10 anos de pena privativa de direito por crime doloso no Estado do Ceará. Constatou-se pela equipe de investigação indícios de que o preso estava liderando organização criminosa e apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem. Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

Por existir indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal, podendo tal regime ser prorrogado, sucessivamente, por períodos de um ano, caso o Rosenildo continue apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou continue mantendo os vínculos com a organização criminosa.

(Q2/Q2/2020)

88) Cortenildo, condenado por crime doloso, foi submetido ao regime disciplinar diferenciado por ocasionar subversão da disciplina interna do estabelecimento penal. Foi constatado indícios de que Cortenildo possuía atuação criminosa em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

O regime disciplinar diferenciado de Cortenildo será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal, contando com alta segurança interna e externa, além de ser necessário o impedimento de Cortenildo manter contato com membros de grupos rivais à sua atuação criminosa.

(Q2/Q2/2020)

89) João, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, recebe visitas quinzenais de Maria e Antônia, uma por vez.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

As visitas quinzenais realizadas poderão ter duração de mais de 1 hora.

(Q2/Q2/2020)

90) João, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, recebe visitas quinzenais de Maria e Antônia, uma por vez.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

As visitas quinzenais deverão ser realizadas instalações equipadas para obstar o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente.

(Q2/Q2/2020)

91) João, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, recebe visitas quinzenais de Maria e Antônia, uma por vez.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

As visitas quinzenais deverão ser gravadas em sistema de áudio ou de áudio e vídeo e, com autorização do diretor do estabelecimento penal, fiscalizadas por agente penitenciário.

(Q2/Q2/2020)

92) Ferdicó, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, não recebe visita de um familiar desde o início do regime, fazendo, assim, 6 meses e meio sem ver nenhum parente.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

Ferdicó poderá, após os primeiros oito meses de regime disciplinar diferenciado sem receber visitas, depois de prévio agendamento, ter contato telefônico com uma pessoa da família.

(Q2/Q2/2020)

93) Ferdicó, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, não recebe visita de um familiar desde o início do regime, fazendo, assim, 6 meses e meio sem ver nenhum parente.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, analise a questão abaixo.

Ferdicó poderá, após os primeiros seis meses de regime disciplinar diferenciado sem receber visitas, depois de prévio agendamento, ter contato telefônico, intimamente e sem necessidade de gravação, com uma pessoa da família.

(Q2/Q2/2020)

94) Ferdicó, condenado e submetido ao regime disciplinar diferenciado, não recebe visita de um familiar desde o início do regime, fazendo, assim, 6 meses e meio sem ver nenhum parente.

Conforme as alterações apresentadas do pacote anticrime em relação ao regime disciplinar diferenciado, Ferdicó poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família:

A) Duas vezes por mês e por quinze minutos.

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- B) Três vezes por mês e por dez minutos.
- C) Duas vezes por mês e por dez minutos.
- D) Três vezes por mês e por quinze minutos.

(FCC/TJ-MS/2020)

95) No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, correto afirmar que a advertência verbal e a repreensão serão aplicadas por ato do diretor do estabelecimento, desnecessárias motivação e comunicação ao juiz da execução.

(FCC/TJ-MS/2020)

96) No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, correto afirmar que compete ao juiz da execução a aplicação da suspensão ou restrição de direitos.

(IADES/SEAP-GO/2019)

97) Enquanto cumpria pena no regime fechado, J. O. R. tentou fugir da penitenciária em que estava; no entanto, não obteve êxito na sua fuga em virtude da rápida e eficiente ação dos agentes prisionais do local. Quanto a essa situação hipotética e conforme as disposições da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) J. O. R. cometeu falta grave, entretanto, a sanção que lhe será aplicada sofrerá obrigatória redução em grau em virtude da fuga ter sido tentada.
- B) J. O. R. cometeu falta disciplinar média em virtude de a fuga não ter sido consumada, ficando sujeito apenas a sanção disciplinar de advertência.
- C) A tentativa de fuga de J. O. R. não se constitui em falta disciplinar prevista na Lei de Execução Penal.
- D) Em virtude da tentativa de fuga, J. O. R., após procedimento disciplinar, poderá ser punido com a sanção disciplinar de suspensão de direitos.
- E) J. O. R. cometeu uma falta grave tentada, devendo ser punido com inclusão em regime disciplinar diferenciado, a qual será determinada pelo diretor do estabelecimento prisional, dispensada a apreciação judicial de tal medida.

(FCC/DPE-AM/2018)

98) Sobre a disciplina na execução penal, é correto afirmar que

- A) o emprego de cela escura é permitido apenas em regime disciplinar diferenciado desde que autorizado pelo juiz competente.
- B) a tentativa é impunível em razão de escolha legislativa de minoração dos efeitos criminógenos do cárcere.
- C) comete falta disciplinar de natureza grave aquele que causa acidente de trabalho no cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade.
- D) a concessão de regalias ao preso como forma de recompensa ao seu bom comportamento é proibida em razão da violação do princípio da igualdade.
- E) o direito de receber visitas pode ser suspenso como consequência da prática de falta grave em ato fundamentado do diretor da unidade prisional.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

99) No que tange às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a assertiva correta.

- A) Comete falta média o condenado a pena privativa de liberdade que fugir do estabelecimento prisional.
- B) A legislação local especificara as faltas leves, médias e graves, bem como as respectivas sanções.
- C) No Regime Disciplinar Diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- D) Comete falta grave o condenado a pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- E) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

100) Entre as sanções disciplinares contidas na lei de execução penal há a aplicação de

- A) Multa.
- B) Advertência escrita, mediante termo assinado por familiar.
- C) Repreensão.
- D) Isolamento na própria cela por 35 (trinta e cinco) dias.
- E) Inclusão no regime disciplinar diferenciado por 3 (três) anos.

(CESPE/SERES-PE/2017)

101) O rol de sanções disciplinares previsto na Lei de Execução Penal é taxativo e inextensível.

(FCC/TJ-MS/2020)

102) No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, correto afirmar que a autorização para inclusão de preso em regime disciplinar diferenciado dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento, decidindo o juiz no prazo máximo de quinze dias, ouvida apenas a defesa.

(FCC/DPE-AM/2018)

103) O isolamento celular

- A) é a forma correta de cumprimento de pena no Brasil, mas desrespeitada pela prática cotidiana das prisões brasileiras.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- B) deve ser comunicado ao juiz apenas quando se efetivar sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- C) é vedado em cela escura ou constantemente iluminada, segundo as Regras de Mandela.
- D) tem o prazo de duração incompatível com as Regras de Mandela apenas sob a forma de regime disciplinar diferenciado.
- E) não permite o acesso a banho de sol, pois é forma de cumprimento de sanção disciplinar.

(INSTITUTO AOCP/PC-ES/2019)

104) À luz da Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

- A) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.
- B) São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.
- C) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.
- D) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.
- E) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

105) Estatui a Lei de Execução Penal que as recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. São recompensas:

- A) O elogio e a concessão de regalias.
- B) O elogio e a autorização de trabalho interno.
- C) A concessão de regalias e a constituição de pecúlio.
- D) A constituição de pecúlio e a autorização de trabalho interno.

(FCC/TJ-MS/2020)

106) No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, correto afirmar que o isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, será determinado pelo diretor do presídio e comunicado ao juiz da execução.

(VUNESP/MPE-SP/2018)

107) Em relação às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas.
- B) O regime disciplinar diferenciado não pode abrigar presos provisórios.
- C) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave.
- D) Comete falta média o condenado à pena privativa de liberdade que provocar acidente de trabalho.
- E) A decisão que reconhece a existência de falta disciplinar em procedimento judicialmente abreviado dispensa motivação.

(FCC/TJ-MS/2020)

108) No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, correto afirmar que cabe exclusivamente ao juiz da execução decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias.

(VUNESP/TJ-MT/2018)

109) No que toca à execução penal compete à autoridade administrativa a inclusão de preso em regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, não excedendo ao prazo de um ano e comunicando o Juízo das Execuções em 48 horas.

(MPE-PR/MPE-PR/2017)

110) O doutrinador Guilherme de Souza Nucci conceitua órgãos de execução penal como “os que, de alguma forma, interferem no cumprimento da pena de todos os condenados, fiscalizando, orientando, decidindo, propondo modificações, auxiliando o preso e o egresso, denunciando irregularidades, etc.” (Leis Penais Processuais e Penais Comentadas, 6ª ed. rev. Atual. E ref – São Paulo: Editora RT, 2012 (volume 2), pag.240). E, de acordo com o art. art. 61, da Lei nº 7.210/84 (LEP), não está elencado(a) dentre os órgãos de execução:

- A) O Conselho da Comunidade.
- B) O Patronato.
- C) O Conselho Penitenciário.
- D) A Defensoria Pública.
- E) A Polícia Civil.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

111) O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é

- A) integrado por 13 membros, dentre os quais professores da área do Direito Penal e representantes da comunidade.
- B) subordinado ao Ministério Público e seus membros têm mandato de 3 anos.
- C) composto por agentes penitenciários e funciona na área administrativa de cada unidade prisional.



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

D) órgão auxiliar e vinculado ao Conselho Nacional de Justiça e tem renovação de metade de seus membros anualmente.

E) formado por 9 deputados e 3 senadores para elaboração de políticas de prevenção ao crime.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

112) “O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por _____ membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 9
- B) 11
- C) 13
- D) 15

(FEPESE/SJC-SC/2019)

113) De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa que indica corretamente que órgão possui a incumbência de estimular e promover a pesquisa criminológica.

- A) Ministério Público
- B) Juízo da Execução
- C) Conselho Penitenciário
- D) Departamento Penitenciário Local
- E) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)

114) Compete ao juízo de execuções penais propor diretrizes de política criminal quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

115) Incumbe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

- A) aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.
- B) emitir anualmente atestado de pena a cumprir.
- C) interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.
- D) prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos.
- E) estimular e promover a pesquisa criminológica.

(CESPE/TJ-DFT/2019)

116) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal, o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

117) Compete ao Juiz da Execução inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.

(FCC/DPE-AM/2018)

118) Sobre a remição na execução penal, é correto afirmar que prescinde de reconhecimento por decisão judicial, uma vez que a simples comprovação documental já garante o desconto de pena.

(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)

119) Compete ao juízo de execuções penais interditar, no todo ou em parte, o estabelecimento penal que esteja funcionando em condições inadequadas.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

120) O Conselho da Comunidade

- A) é formado apenas por membros da comunidade sem formação jurídica.
- B) é composto e instalado pelo juiz da execução penal.
- C) destina-se à realização de exame criminológico.
- D) deve abrigar os presos em saída temporária.
- E) tem sede no Distrito Federal e deve requerer a unificação de penas.

(CESPE/MPE-CE/2020)

121) O órgão do Ministério Público deve visitar anualmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

122) Incumbe ao Ministério Público visitar mensalmente os estabelecimentos penais, registrando sua presença em livro próprio.

(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

123) Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer sobre indulto com base no estado de saúde do preso.

(FCC/DPE-MA/2018)

124) O Conselho Penitenciário

- A) é forma de controle popular da execução penal com incumbência de fiscalizar e interditar os estabelecimentos penais.
- B) deve ser composto por membros da comunidade sem vínculos com o sistema de justiça, com mandato de 2 anos.
- C) deve inspecionar os estabelecimentos e serviços penais além de supervisionar a assistência aos egressos.
- D) deve emitir parecer sobre progressão de regime e indulto humanitário.
- E) é instalado pelo Conselho da Comunidade em cada uma das comarcas em que exista estabelecimento prisional.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

125) O Conselho Penitenciário é

- A) integrado por membros nomeados pelo Presidente da República.
- B) órgão executivo e exerce o controle sobre os diretores de presídios.
- C) composto por juízes de execução penal da comarca.
- D) órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- E) órgão superior do Ministério Público para assuntos prisionais.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

126) Incumbe ao Conselho Penitenciário

- A) supervisionar a assistência aos egressos.
- B) decidir sobre faltas disciplinares na execução da pena.
- C) prestar assistência material e psicológica aos presos.
- D) conceder indulto e progressão de regime.
- E) requerer aplicação de medida de segurança.

(CESPE/SERES-PE/2017)

127) Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer acerca de

- A) comutação de pena e indulto, salvo indulto humanitário.
- B) permissão de saídas temporárias.
- C) concessão de livramento condicional.
- D) progressão e regressão de regime.
- E) trabalho externo.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

128) Em relação ao Departamento Penitenciário Nacional e ao do Departamento Penitenciário Local é CORRETO afirmar:

- A) O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Defesa, é órgão fiscalizador da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- B) É atribuição do Departamento Penitenciário Nacional acompanhar a fiel aplicação das sentenças penais em todo o Território Nacional, devendo comunicar ao Conselho Nacional de Justiça os erros judiciários.
- C) É atribuição do Departamento Penitenciário Nacional inspecionar e fiscalizar a cada 2 (anos) os estabelecimentos e serviços penais.
- D) É atribuição do Departamento Penitenciário Nacional e Conselho Nacional de Justiça assistir juridicamente as Unidades Federativas na implementação das regras estabelecidas na lei de execução penal.
- E) O Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da Unidade da Federação a que pertencer.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

129) De acordo com a Lei de Execução Penal, para ocupar o cargo de diretor de estabelecimento penal, o candidato deverá satisfazer os seguintes requisitos:

1. ser portador de diploma de nível superior.
2. possuir experiência em gestão de administração pública.
3. ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.
4. possuir mais de trinta e cinco anos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A) É correta apenas a afirmativa 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- C) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4
- D) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- E) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

(IADES/SEAP-GO/2019)

130) A Lei de Execução Penal dispõe acerca dos departamentos penitenciários, especificando regramentos quanto à direção e ao pessoal dos estabelecimentos penais. Levando em consideração apenas esses regramentos, assinale a alternativa correta.

- A) Em hipótese nenhuma é admitido que alguém do sexo masculino trabalhe em um estabelecimento penal destinado às mulheres.
- B) Para ocupar o cargo de diretor de estabelecimento, o ocupante deverá possuir graduação no ensino superior em qualquer área de formação.
- C) No estabelecimento para mulheres, somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.
- D) O diretor de estabelecimento penal poderá cumular a respectiva função com qualquer outra na administração penitenciária ou fora dela.
- E) O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento penal deverá, obrigatoriamente, ser portador de diploma de nível superior de Direito.

(CESPE/MPE-CE/2020)

131) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o órgão da execução penal destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos é

- A) o patronato.
- B) a casa de albergado.
- C) o conselho penitenciário.
- D) o conselho da comunidade.
- E) o departamento penitenciário.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

132) Incumbe ao Patronato visitar os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento, e requerer, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

133) Incumbe ao Conselho da Comunidade, visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

134) Incumbe ao Conselho da Comunidade

- A) emitir parecer sobre indulto e comutação de pena.
- B) supervisionar os patronatos.
- C) elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor.
- D) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- E) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

135) NÃO incumbe ao Conselho da Comunidade:

- A) Entrevistar presos.
- B) Orientar os condenados à pena restritiva de direitos.
- C) Apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário.
- D) Visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

136) Incumbe à Defensoria Pública visitar os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento, e requerer, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

137) A lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, trata da execução penal, contempla a defensoria pública atribuindo incumbências. Em relação à defensoria pública é CORRETO afirmar:

- A) A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma sempre coletiva.
- B) A Defensoria Pública pode requerer a conversão de penas, a progressão nos regimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto.
- C) Requerer a emissão semestral do atestado de pena a cumprir.
- D) Representar somente ao Juiz da execução para instauração de sindicância ou procedimento administrativo em caso de violação das normas referentes à execução penal.
- E) O órgão da Defensoria Pública visitará a cada 2 (dois) anos os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

138) O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa mesmo que devidamente isolados.

(UERR/SETRABES/2018)

139) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante:

- A) seis meses.
- B) cento e oitenta dias.
- C) quatro meses.
- D) cento e vinte dias.
- E) o período de amamentação.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

140) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no máximo, até 6 (seis) meses de idade.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

141) É possível a execução indireta das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, relacionadas à realização de trabalho pelo preso.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

142) Estabelece a Lei de Execução Penal que são indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia, e notadamente: classificação de condenados; aplicação de sanções disciplinares; controle de rebeliões; e transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário, hospitais e outros locais externos aos estabelecimentos penais.

(IADES/SEAP-GO/2019)

143) Durante a administração de um estabelecimento prisional, é necessário que sejam cumpridas certas normas referentes à distribuição dos presos no estabelecimento.

Considerando o que define a Lei no 7.210/1984 acerca da alocação dos presos, assinale a alternativa correta.

- A) Os presos condenados com curso superior devem ficar separados dos demais.
- B) O preso provisório e o condenado por sentença transitada em julgado poderão ficar segregados juntos, desde que respeitados critérios, como o tipo de crime cometido e a reincidência.
- C) A mulher e o maior de 60 anos de idade, separadamente, serão recolhidos para estabelecimento próprio e adequado à respectiva condição pessoal.
- D) Não há critérios para a separação dos presos provisórios.
- E) Os presos condenados são separados apenas pelo critério da primariedade e reincidência.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

144) Os presos condenados, primários e reincidentes, condenados por crimes com violência contra a pessoa ficarão juntos em uma mesma galeria, não podendo ser colocados juntamente com os condenados por crime hediondo.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

145) Os presos provisórios ficarão separados considerando os seguintes critérios, acusados por crimes hediondos e equiparados, acusados por crimes com violência ou grave ameaça a pessoa e os demais acusados por outros crimes e contravenções penais.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

146) Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. No que tange aos estabelecimentos prisionais e às disposições da Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.

- A) A mulher e o maior de setenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.
- B) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 8 (oito) meses de idade.
- C) As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa não podem ser executadas em outra unidade.
- D) O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa.
- E) São indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

147) Tendo como base o que disciplina a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) acerca dos estabelecimentos penais, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Colônia Agrícola, Industrial ou Similar.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

2. Casa do Albergado.

3. Centro de Observação.

4. Cadeia Pública.

() Destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

() Destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

() Destina-se à realização dos exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.

() Destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto.

A) 4 – 1 – 3 – 2.

B) 4 – 2 – 3 – 1.

C) 2 – 1 – 3 – 4.

D) 1 – 4 – 2 – 3.

E) 3 – 2 – 4 – 2.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

148) Considerando a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

A) A casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto e aberto, bem como da pena de limitação de fim de semana.

B) A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

C) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto.

D) A colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado.

E) A penitenciária destina-se aos condenados de alta periculosidade e aos que forem incluídos no regime disciplinar diferenciado (RDD).

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

149) Sobre as penas privativas de liberdade, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O condenado a quem sobrevier doença mental será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

B) Ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

C) A guia de recolhimento será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao início da execução ou ao tempo de duração da pena.

D) Cumprida ou extinta a pena, o condenado será posto em liberdade, independentemente de alvará do Juiz, se por outro motivo não estiver preso.

(FCC/POLITEC-AP/2017)

150) Estabelece a Lei de Execução Penal que, durante a execução da pena, sobrevivendo doença mental no condenado,

A) poderá ter a pena diminuída de 1/3 a 2/3.

B) terá a sua pena substituída por medida de segurança.

C) será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

D) terá o restante da pena remida e deverá submeter-se a tratamento psiquiátrico ambulatorial.

E) deverá ser submetido a perícia médico-legal para apurar a sua periculosidade.

(MPE-MS/MPE-MS/2018)

151) A regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da penitenciária, incorra na prática de falta média.

(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)

152) Havendo outra condenação já em curso de execução, é importante observar que a detração não deve ser vista como pena cumprida por ocasião da soma/unificação das penas, e sim como resultado da subtração do tempo de prisão da pena total aplicada na nova sentença.

(CESPE/SERES-PE/2017)

153) Caso a condenação seja por mais de um crime, a determinação do regime de cumprimento de pena será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, se necessário, a detração ou a remição.

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

154) “W.D.W.” foi sentenciado pela primeira vez a uma pena de 45 anos de reclusão por quatro homicídios qualificados (hediondos), praticados em concurso material no dia 01/01/2018, tendo respondido ao processo em liberdade e preso tão-somente após o trânsito em julgado. Expedida a guia de execução definitiva relativa a essa sentença de 45 anos, após 10 dias de cumprimento da pena, o magistrado proferiu decisão de unificação das penas, nos termos do art. 75, §1º do Código Penal, limitando o cumprimento dessas penas em 30 anos.

Entretanto, cumpridos 20 dias da pena, “W.D.W.” encontrou no cárcere um desafeto do mundo do crime, e aproveitando-se de um momento de distração, durante o banho de sol, matou seu inimigo. Preso em flagrante pelo fato, foi levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, tendo sido sentenciado a uma pena de 18 anos de reclusão por esse novo homicídio qualificado (hediondo). Em relação a esse fato, “W.D.W.” permaneceu preso desde o flagrante. A sentença penal da segunda condenação transitou em julgado 9 meses e 5 dias após a primeira prisão.

Com a juntada à execução penal da guia de execução definitiva relativa à segunda sentença, o juiz deve proferir

- A) primeiramente decisão de unificação de penas e, em seguida, de soma de penas.
- B) primeiramente decisão de soma de penas e, em seguida, de unificação de penas.
- C) apenas decisão de unificação de penas.
- D) apenas decisão de soma de penas.

(Q2/Q2/2020)

155) Conforme as alterações do Pacote Anticrime na LEP, responda.

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário,

(Q2/Q2/2020)

156) Daniver, réu primário condenado a seis anos de reclusão por ter cometido furto durante repouso noturno e submetido à pena privativa de liberdade, pode usufruir de progressão de regime menos rigoroso, conforme a Lei de Execução Penal estabelece, desde que:

- A) Seja determinada pelo juiz e Daniver tiver cumprido ao menos vinte por cento da pena.
- B) Seja determinada pelo diretor do estabelecimento penal e Daniver tiver cumprido ao menos vinte por cento da pena.
- C) Seja determinada pelo juiz e Daniver tiver cumprido ao menos dezesseis por cento da pena.
- D) Seja determinada pelo juiz e Daniver tiver cumprido ao menos vinte por cento da pena.

(Q2/Q2/2020)

157) Cridulândio, réu primário condenado a oito anos de reclusão por subtrair coisa móvel alheia para si mediante grave ameaça, exige sua progressão para regime menos rigoroso após ter cumprido um ano e meio da sua pena.

Conforme às alterações do Pacote Anticrime na Lei de Execução Penal, Cridulândio tem direito a tal benefício.

(Q2/Q2/2020)

158) Maria Fumaça, reincidente, foi condenada a oito anos por ter cometido crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

Conforme às alterações do Pacote Anticrime na Lei de Execução Penal, Maria Fumaça terá direito, quando determinado pelo juiz, à progressão para regime menos rigoroso após o cumprimento ao menos de:

- A) 30% da pena;
- B) 40% da pena;
- C) 50% da pena;
- D) 60% da pena.

(Q2/Q2/2020)

159) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 13.964/19 em relação a progressão de regime, na LEP, analise a assertiva abaixo.

É vedado o livramento condicional do preso que tenha sido condenado por ter praticado crime hediondo ou equiparado com resultado de morte, mesmo sendo um condenado primário.

(FCC/TJ-MA/2019)

160) De acordo com a Lei de Execução Penal, a progressão de regime demanda a comprovação de bom comportamento carcerário pelo diretor do presídio.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

161) Nos termos da Lei de Execução Penal, no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são,



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

cumulativamente: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente; ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; e não ter integrado organização criminosa.

(Q2/Q2/2020)

162) Conforme as alterações inseridas pelo Pacote Anticrime no Regime de Progressão da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O crime de tráfico de drogas é considerado um crime hediondo.
- B) Caso o condenado cometa falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade, o prazo para obtenção da progressão de regime será interrompido, sendo sua contagem reiniciada com base na pena inicial.
- C) A decisão do juiz que determinar a progressão de regime será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.
- D) A decisão do juiz que determinar a concessão de livramento condicional será sempre motivada, no entanto não precisará ser precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

(VUNESP/PC-BA/2018)

163) A inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que ele já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

(FCC/MPE-MT/2019)

164) O juiz, na sentença, estabelecerá o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade. Para a concessão de regime aberto, o juiz poderá estabelecer condições especiais, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:

I. Permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga.

II. Sair para o trabalho e retornar nos horários fixados.

III. Não se ausentar da cidade onde reside e depositar o passaporte em juízo.

IV. Comparecer a juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

(FCC/DPE-PR/2017)

165) Irany, que trabalha como motorista de táxi, cumpre pena em regime aberto. Neste caso,

- A) os horários do trabalho de Irany não precisam ser levados em consideração na fixação das condições do regime.
- B) o exercício do trabalho lícito, devidamente comprovado, garante a Irany o direito à remição, ainda que seja como trabalhadora autônoma.
- C) há hipóteses legais em que Irany pode ser dispensada da comprovação do exercício do trabalho.
- D) pode ser-lhe imposta como condição especial a prestação de serviço comunitário.
- E) cumprindo pena na modalidade domiciliar, Irany não depende de autorização judicial para se ausentar da cidade onde reside.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

166) De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa que indica corretamente qual o tipo normativo que poderá estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.

- A) Legislação local
- B) Legislação federal
- C) Legislação nacional
- D) Legislação transnacional
- E) Legislação internacional

(VUNESP/TJ-MT/2018)

167) No que toca à execução penal compete ao juízo da execução onde o preso encontra-se recolhido a decisão acerca da autorização de saída.

(CESPE/MPE-CE/2020)

168) Mário e Tiago estão em regime semiaberto, têm bom comportamento e já cumpriram mais da metade da pena. Mário foi comunicado do falecimento de sua irmã e deseja ir ao funeral dela. Tiago deseja visitar a

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

família e participar do casamento de uma prima. Ambos preenchem os demais requisitos legais para a saída.

Nessa situação, deve-se

- A) negar a ambos os condenados os pedidos, porque não cabe autorização de saída nas hipóteses indicadas.
- B) permitir a saída temporária, sem escolta, de ambos os condenados.
- C) permitir a saída, com escolta, de ambos os condenados.
- D) permitir a saída, sem escolta, de Mário; e a saída temporária, com escolta, de Tiago.
- E) permitir a saída, com escolta, de Mário; e a saída temporária, sem escolta, de Tiago.

(IADES/SEAP-GO/2019)

169) Um condenado do regime fechado recebe a informação de que o próprio pai faleceu. Abatido pela notícia, o apenado reivindica a possibilidade de ir ao funeral do pai. Tal pedido é atendido, e determinado agente de segurança prisional é um dos escalados para fazer a escolta do preso.

Considerando essa situação hipotética e com base na Lei de Execução Penal, no que se refere à autorização concedida ao citado condenado para que ele pudesse acompanhar o funeral do pai, assinale a alternativa correta.

- A) Foi concedida ao condenado, após imprescindível autorização do juiz da Vara de Execuções Penais, uma permissão de saída.
- B) Foi concedida ao condenado uma permissão de saída após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária a escolta do preso.
- C) Foi concedida ao condenado, após imprescindível autorização do juiz da Vara de Execuções Penais, uma saída temporária.
- D) Foi concedida ao condenado uma permissão de saída após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária autorização judicial.
- E) Foi concedida ao condenado uma saída temporária após simples concessão do diretor do estabelecimento prisional, não sendo necessária autorização judicial.

(VUNESP/PC-BA/2018)

170) A permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.

(VUNESP/PC-SP/2018)

171) Nos termos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer, entre outros, o seguinte fato:

- A) frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- B) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.
- C) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- D) necessidade de visita a integrantes de sua família.
- E) frequência a Curso do Ensino Médio ou Superior, na Comarca do Juízo da Execução.

(FCC/Câmara Legislativa do Distrito Federal/2018)

172) A permissão de saída prevista na Lei de Execução Penal

- A) é cabível apenas para os condenados que cumprem pena em regime semiaberto.
- B) é concedida por ato motivado do juiz da execução penal, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.
- C) é condicionada ao cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário e um quarto, se reincidente.
- D) poderá ser concedida em caso de visita à família por prazo não superior a sete dias.
- E) poderá ser concedida em casos de falecimento ou doença grave do companheiro ou irmão.

(Q2/Q2/2020)

173) Em relação as alterações feitas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/19) em relação à saída temporária, responda.

O condenado que cumpre pena por ter praticado crime hediondo não terá direito à saída temporária.

(MPE-MS/MPE-MS/2018)

174) O condenado que cumpre pena em regime semiaberto terá direito às saídas temporárias para visitas à família durante cinco vezes ao ano, com intervalo de quarenta e cinco dias entre elas, não podendo o juiz autorizar mais do que essas cinco saídas ao ano.

(FCC/DPE-AM/2018)

175) Sobre as autorizações de saída na execução penal, é correto afirmar:

- A) A permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.
- B) A saída temporária é permitida para a visita à família e é concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.
- C) A permissão de saída depende do cumprimento de um sexto da pena.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

D) A saída temporária é vedada aos condenados por crime hediondo.

E) A permissão de saída será concedida pelo juiz após manifestação das partes e do Conselho Penitenciário.

(Fundação La Salle/SUSEPE-RS/2017)

176) A autorização para saída temporária ao condenado que cumpre pena no regime semiaberto será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado.

II - cumprimento mínimo de 1/3 (um terço) da pena, se o condenado for reincidente.

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

IV - se sobrevier doença mental ao apenado.

Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

A) Apenas I, II e III.

B) Apenas I, III e IV.

C) Apenas I e III.

D) Apenas a IV.

E) I, II, III e IV.

(VUNESP/TJ-SP/2017)

177) No tocante às penas privativas de liberdade, é correto afirmar que o benefício de saída temporária no âmbito da execução penal, cabível para os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto, é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

(FCC/DPE-AP/2018)

178) A saída temporária

A) pode ser concedida aos condenados que cumprem pena em regime fechado em caso de falecimento ou doença grave de familiar.

B) é autorizada pelo Presidente da República mediante decreto de indulto publicado anualmente.

C) é vedada em caso de crime hediondo.

D) para fins de visita à família pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano, desde que o condenado esteja no regime semiaberto.

E) depende da realização de exame criminológico que comprove que o sentenciado não irá fugir ou cometer novos delitos durante o gozo do benefício.

(VUNESP/DPE-RO/2017)

179) A autorização para saída temporária será concedida por ato motivado do Juiz da execução e dependerá, dentre outros requisitos, do cumprimento mínimo de 1/3 (um terço) da pena, se o condenado for primário, e 1/2 (metade), se reincidente.

(CESPE/PC-MA/2018)

180) A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.

(FCC/TJ-MA/2019)

181) De acordo com a Lei de Execução Penal, a remição de pena é vedada aos condenados por crime cometido com violência contra a pessoa.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

182) Dispõe a Lei n. 7.210/1984 que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo referida será feita à razão de: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; e 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

(IADES/SEAP-GO/2019)

183) A Lei no 7.210/1984 dispõe, no art. 1º, que a execução penal tem por objetivo proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Nesse sentido, ela prevê uma série de direitos e deveres aos condenados e internados para efetivar os próprios objetivos. Considere que, durante a execução das próprias atividades, um agente de segurança prisional é questionado por um preso condenado a pena privativa de liberdade acerca dos direitos e deveres deste, relacionados ao trabalho prisional.

Com relação a essa situação, assinale a alternativa correta.

A) O preso provisório, diferentemente do condenado à pena definitiva, não está obrigado ao trabalho.

B) O trabalho do preso será remunerado, estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

C) O trabalho externo será admitido, mesmo para o preso do regime fechado, desde que cumpridas algumas condições dispostas em lei, bem como expressa autorização judicial.

D) Entre os deveres do condenado a pena privativa de liberdade, não está o de executar eventual trabalho recebido, pois não há comando legal que o obrigue a trabalhar.

E) A contagem do tempo de remição de pena para o condenado em regime fechado que trabalha no estabelecimento prisional será de um dia de pena para cada 12 horas de trabalho.

(AOC/SUSIPE-PA/2018)

184) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena e a contagem do tempo será feita à razão de: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

185) A remição pelo estudo prevalece sobre a remição pelo trabalho, pois são incompatíveis entre si.

(FEPESE/SJC-SC/2019)

186) A assistência educacional do preso e do internado deverá ser feita, preferencialmente, na modalidade a distância.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

187) Não será computado para fins de remição da pena o tempo em que o preso ficou impossibilitado de prosseguir no trabalho, por motivo de acidente.

(CESPE/PC-MA/2018)

188) O benefício da remição da pena será suspenso no caso de o condenado, por acidente, ficar impossibilitado para o trabalho ou o estudo.

(FCC/DPE-AM/2018)

189) Sobre a remição na execução penal, é correto afirmar que o preso que ficar impossibilitado de estudar em razão de acidente fica com a remição suspensa, mas garante retorno à atividade em caso de recuperação pessoal.

(CESPE/PC-MA/2018)

190) É possível o acréscimo de um terço do tempo a remir no caso de conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental, médio ou superior.

(FCC/DPE-AP/2018)

191) A remição

A) pelo trabalho é contada à razão de um dia de pena a cada doze horas trabalhadas e a remição pelo estudo à razão de um dia de pena a cada três dias estudados.

B) pelo trabalho não pode ser acumulada com a remição pelo estudo.

C) pelo estudo é acrescida de um terço se o sentenciado concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento de pena.

D) pelo estudo é vedada no regime aberto, pois é uma obrigação do sentenciado.

E) poderá ser perdida em sua totalidade em caso de condenação por falta disciplinar de natureza grave que seja equiparável a crime hediondo.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

192) A remição pelo estudo é vedada no cumprimento de pena em regime aberto.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

193) A remição pelo estudo é acrescida de um terço no caso de conclusão do ensino fundamental durante o cumprimento da pena.

(VUNESP/TJ-AC/2019)

194) Quanto às disposições presentes na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

A) A remição por estudo somente se admite se desenvolvida a atividade educacional de forma presencial.

B) O instituto da permissão de saída não se aplica ao preso provisório.

C) Praticada falta disciplinar pelo condenado, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurados o direito de defesa, a motivação da decisão, vedado o decreto de isolamento preventivo do faltoso pela autoridade administrativa.

D) Dentre os requisitos objetivos para autorização da saída temporária, exige-se o cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente.

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

195) Com relação à remição, é correto afirmar, EXCETO:

A) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não terá mais direito ao benefício da remição.

B) Trata-se do desconto na pena do tempo relativo ao trabalho ou estudo do condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto, conforme proporção prevista em lei.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

C) As atividades de estudo para fins de remição poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

D) A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

E) O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

(VUNESP/PC-BA/2018)

196) A Lei de Execução Penal adotou o instituto da remição, que é o desconto de 1 (um) dia da pena por 3 (três) dias trabalhados pelo condenado. Diante das normas legais a respeito do assunto, constata-se que

A) uma vez realizado o trabalho, não pode fato posterior suprimir o direito à remição.

B) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/6 (um sexto) dos dias remidos.

C) o cometimento de falta média ou grave pode acarretar a revogação total dos dias remidos.

D) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/2 (metade) dos dias remidos.

E) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/3 (um terço) dos dias remidos.

(FGV/TJ-AL/2018)

197) Tício, enquanto cumpria pena em regime aberto, praticou fato definido como falta grave, sendo certo que a Lei nº 7.210/84 traz as consequências diante de tal comportamento.

Considerando as previsões do diploma legal mencionado e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

A) o reconhecimento de falta grave independe de procedimento administrativo ou judicial, bastando declaração do diretor do estabelecimento penitenciário;

B) o reconhecimento de falta grave depende da instauração de procedimento administrativo e, diante dessa natureza, dispensa a exigência de defesa técnica;

C) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a regressão per saltum do regime de cumprimento de pena;

D) o reconhecimento regular de falta grave pode justificar a perda de todos os dias remidos;

E) o reconhecimento regular de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena.

(FCC/DPE-AM/2018)

198) Sobre a remição na execução penal, é correto afirmar que em caso de falta grave o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido, recomeçando a contagem a partir do cumprimento da sanção disciplinar.

(AOCP/SUSIPE-PA/2018)

199) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/5 (um quinto) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

(FCC/Câmara Legislativa do Distrito Federal/2018)

200) Sobre o regime da remição na Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

A) apenas o condenado que cumpre pena em regime semiaberto poderá remir, por trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena.

B) será descontado um dia de pena para cada dez horas de frequência escolar ou três dias de trabalho.

C) o juiz poderá revogar até metade dos dias remidos, em caso de falta grave, recomeçando a contagem a partir da data da homologação judicial da falta grave.

D) o preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos, continuará a beneficiar-se com a remição.

E) a remição será concedida pelo diretor do estabelecimento penal, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

(VUNESP/TJ-MT/2018)

201) No que toca à execução penal verificada a prática de falta grave pelo sentenciado, o juiz poderá revogar até 1/6 (um sexto) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da infração disciplinar.

(FCC/DPE-PR/2017)

202) Considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores sobre a remição, é correto afirmar:

A) O trabalho do preso cautelar não pode ser computado para fins de remição.

B) É impossível a cumulação da remição por estudo e por trabalho.

C) O trabalho intramuros é o único passível de remição.

D) Não há previsão legal de remição para o sentenciado em regime aberto.

E) O aproveitamento escolar insatisfatório não impede a remição por estudo.

(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

203) Com relação a nulidades no processo penal, a recursos em geral e a execução penal, julgue o item a seguir.

A prática de falta grave pelo apenado, no curso da execução penal, acarreta a perda da totalidade dos dias remidos com trabalho, recomeçando-se a contagem a partir da data da infração disciplinar.

(CESPE/PC-MA/2018)

204) O tempo remido não será considerado para a obtenção do benefício do indulto.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(MPE-MS/MPE-MS/2018)

205) A remição do tempo de execução da pena, pelo trabalho, será feita à razão de um dia de pena por dois de trabalho e não será considerada para a concessão de indulto.

(VUNESP/DPE-RO/2017)

206) O tempo remido não poderá ser computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

(CESPE/PC-MA/2018)

207) A remição da pena pelo estudo, quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal, independerá de aproveitamento satisfatório, bastando a comprovação da frequência escolar.

(AOC/SUSIPE-PA/2018)

208) A autoridade administrativa encaminhará anualmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

(AOC/SUSIPE-PA/2018)

209) Não será permitido ao liberado em livramento condicional residir fora da comarca do Juízo da execução de sua pena.

(FUNDEP/DPE-MG/2019)

210) Considere as hipóteses a seguir.

I. Aplicação de pena privativa de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou a concessão da progressão para tais regimes.

II. Autorização da saída temporária no regime semiaberto.

III. Aplicação de pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de horários ou de frequência a determinados lugares.

IV. Determinação da prisão domiciliar.

V. Concessão do livramento condicional.

Sobre a monitoração por meio eletrônico no âmbito da execução penal, é permitido ao juiz decretá-la nas hipóteses

- A) I, III, V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.

(FCC/DPE-AM/2018)

211) A monitoração eletrônica na execução penal

- A) impõe ao monitorado deveres que, se violados, podem gerar a regressão de regime.
- B) pode ser determinada em caso de permissão de saída no regime semiaberto.
- C) é mecanismo de ressocialização a fim de se evitar a restrição da liberdade.
- D) foi implementada em 2010 e resultou em considerável redução da superlotação prisional no Brasil.
- E) é obrigatória para o cumprimento de prisão domiciliar.

(VUNESP/TJ-MT/2018)

212) No que toca à execução penal o juiz poderá definir a fiscalização por meio de monitoração eletrônica quando determinar a saída temporária no regime semiaberto.

(FCC/IAPEN-AP/2018)

213) Segundo a Lei de Execução Penal, o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando

- A) determinar a prisão domiciliar.
- B) determinar a regressão de regime.
- C) deferir direito à remição.
- D) conceder o indulto.
- E) conceder o livramento condicional.

(FCC/TJ-SC/2017)

214) Segundo a Lei de Execução Penal, o preso, condenado com trânsito em julgado, poderá ter a execução da sua pena fiscalizada por meio da monitoração eletrônica, quando o juiz

- A) fixar o regime aberto para cumprimento da pena e o dispensar do recolhimento ao estabelecimento penal no período noturno e nos dias de folga.



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- B) aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou conceder progressão para tais regimes.
- C) aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de horários ou de frequência a determinados lugares.
- D) conceder o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.
- E) autorizar a saída temporária no regime semiaberto ou determinar a prisão domiciliar.

(FEPSE/SJC-SC/2019)

215) De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar:

- A) A monitoração eletrônica somente poderá ser revogada se o acusado ou condenado praticar falta grave.
- B) O condenado deverá ter cuidado com o equipamento eletrônico de monitoração, que poderá ser removido no interior da residência em que for cumprida prisão domiciliar.
- C) A violação dos deveres decorrentes da monitoração eletrônica acarretará, obrigatoriamente, a regressão de regime do apenado.
- D) O estabelecimento de monitoração eletrônica será exclusivo para determinação do cumprimento da pena em regime aberto.
- E) A fiscalização da saída temporária no regime semiaberto poderá ser definida por meio da monitoração eletrônica.

(IADES/SEAP-GO/2019)

216) Uma das atribuições possíveis do agente de segurança prisional é operar qualquer tipo de monitoramento eletrônico relacionado ao indivíduo preso dos regimes fechado, semiaberto ou aberto ou submetido a qualquer tipo de medida cautelar prevista em lei. Nesse sentido, e a respeito das disposições previstas na Lei de Execução Penal, acerca da monitoração eletrônica, assinale a alternativa correta.

- A) Poderá ser determinada pelo diretor do estabelecimento penal, quando da concessão da permissão de saída do condenado.
- B) Quando o condenado que estiver sendo monitorado eletronicamente violar o próprio dever de receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, poderá, a critério do juiz da execução, receber uma falta grave e ter o respectivo benefício revogado, mas não poderá receber a sanção de regressão de regime.
- C) A monitoração eletrônica somente poderá ser revogada caso o condenado viole os deveres a que está sujeito durante a vigência desta.
- D) A monitoração eletrônica somente será possível nos casos de condenado em prisão domiciliar ou em regime aberto.
- E) A fiscalização por meio da monitoração eletrônica poderá ser definida pelo juiz quando for determinada a prisão domiciliar, sendo o condenado instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e de alguns deveres, tais como o de receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica.

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

217) Com relação à utilização da monitoração eletrônica na execução penal, é correto afirmar que:

- A) poderá ser revogada se for constatado que o condenado ainda não cumpriu pelo menos 2/3 (dois terços) da pena.
- B) é dever do condenado receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.
- C) é um direito do preso que foi condenado ao regime aberto de cumprimento de pena.
- D) trata-se de dever do magistrado e direito subjetivo do condenado a sua utilização.
- E) o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica nos casos de cumprimento de pena restritiva de direitos ou livramento condicional.

(IBADE/SEPLAG-SE/2018)

218) Nos termos da Lei de Execução Penal, são exemplos de penas restritivas de direitos:

- A) pagamento de cesta básica e multa.
- B) prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana.
- C) interdição temporária de direitos e trabalhos forçados.
- D) prisão simples e banimento.
- E) reclusão e detenção.

(CESPE/TJ-DFT/2019)

219) De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal, o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.

(CESPE/MPE-CE/2020)

220) A pena privativa de liberdade poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que o condenado esteja em regime aberto ou semiaberto e tenha cumprido um sexto da pena.

(CESPE/TJ-SC/2019)



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

221) De acordo com a Lei de Execução Penal, caso seja verificada a exigência de que o sentenciado cumpra medida além dos limites fixados na sentença, deverá ser instaurado o incidente

- A) de conversão da pena, que poderá ser provocado pelo Ministério Público.
- B) administrativo, que poderá ser suscitado por qualquer um dos órgãos que atuam na execução penal.
- C) de indulto individual, que poderá ser provocado pela autoridade administrativa.
- D) de excesso ou desvio, que poderá ser suscitado pelo sentenciado.
- E) de chamamento da execução à ordem, que poderá ser provocado pelo Ministério Público.

(MPE-SC/MPE-SC/2019)

222) Prescreve a Lei de Execução Penal que podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução, além do Ministério Público, o Conselho Penitenciário, o sentenciado e qualquer dos demais órgãos da execução penal, exceto os Departamentos Penitenciários e o Conselho da Comunidade.

(IDECAN/SEJUC-RN/2017)

223) NÃO pode suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução o:

- A) Sentenciado.
- B) Escrivão do Juízo.
- C) Ministério Público.
- D) Conselho Penitenciário.

(CESPE/MPE-CE/2020)

224) A petição do indulto individual será entregue ao Ministério Público para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao juiz da execução.

(FCC/TJ-MA/2019)

225) De acordo com a Lei de Execução Penal, o indulto permite a saída em feriados e datas festivas aos condenados em regime fechado.

(AOC/P/SUSIPE-PA/2018)

226) Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o Juiz declarará sobrestada a pena ou ajustará a execução aos termos do decreto, no caso de comutação.

(CESPE/MPE-CE/2020)

227) O procedimento judicial pode ser iniciado de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de seu representante ou parente, ou da autoridade administrativa.

(CESPE/MPE-CE/2020)

228) Das decisões proferidas pelo juiz da execução caberá recurso de agravo, com efeito suspensivo.

(FGV/TJ-AL/2018)

229) A Lei nº 7.210/84 trata da matéria Execução Penal, afastando-se, assim, a maioria das previsões sobre o tema trazidas pelo Código de Processo Penal.

Sobre as previsões da Lei de Execução Penal e a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) a execução penal é procedimento administrativo, de modo que não está sujeita ao princípio da legalidade;
- B) a prática de falta grave permite ao magistrado a revogação de todos os dias de pena remidos;
- C) o recurso de agravo é o cabível contra as decisões da execução, admitindo ao juízo a quo o exercício do juízo de retratação;
- D) a regressão de regime cautelar, diante da prática de novo crime doloso, nunca será admitida;
- E) a prática de falta grave interrompe o prazo de contagem do livramento condicional.

(VUNESP/TJ-MT/2018)

230) No que toca à execução penal a decisão que indefere ou defere progressão de regime prisional é passível de recurso em sentido estrito.

(CESPE/DPE-AL/2017)

231) O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

232) Conforme o entendimento sumulado pelos tribunais superiores, analise a assertiva abaixo:

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

233) Conforme o entendimento sumulado pelos tribunais superiores, analise a assertiva abaixo:

O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento de pena exige prévio procedimento administrativo disciplinar e trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

(MPE-PR/MPE-PR/2019)

234) Conforme o entendimento sumulado pelos tribunais superiores, analise a assertiva abaixo:

A prática de falta grave interrompe o prazo para o fim de comutação de pena ou indulto.

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

(CESPE/TJ-PR/2019)

235) Considerando os dispositivos legais e o entendimento dos tribunais superiores acerca de aspectos processuais da execução penal, assinale a opção correta.

- A) O direito de entrevista pessoal e reservada do preso com o seu advogado pode ser restringido por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.
- B) De acordo com o STF, a transferência do apenado para penitenciária federal por motivo de segurança pública não é compatível com a progressão de regime prisional.
- C) A mudança de domicílio do condenado beneficiário de livramento condicional acarreta a modificação da competência da execução penal.
- D) A prática esportiva pelo apenado possibilita remição da pena em razão da interpretação extensiva do STJ quanto às hipóteses de trabalho e estudo previstas na Lei de Execução Penal.

(FCC/TJ-AL/2019)

236) No que se refere à execução das penas privativas de liberdade,

- A) imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado, para o reconhecimento da prática de falta grave no âmbito da execução penal, bem como necessário que se aguarde o trânsito em julgado da sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato, quando a infração disciplinar decorrer do cometimento de crime doloso no cumprimento da pena.
- B) admite-se a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, obstando a promoção, no entanto, o fato de o réu se encontrar em prisão especial, se ainda não definitiva a decisão condenatória.
- C) a prática de falta grave não interrompe a contagem do prazo para fim de comutação de pena ou indulto, extinguindo este tanto os efeitos primários da condenação como os secundários, penais ou extrapenais.
- D) possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros, considerando-se como pena cumprida, para todos os efeitos, o tempo remido.
- E) o benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional insuscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional, se o condenado cumprir pena em regime fechado, permitindo-se a delegação, porém, se em regime semiaberto.

(FCC/TJ-AL/2019)

237) Quanto aos aspectos processuais da Lei de Execução Penal,

- A) é de cinco dias o prazo ordinário para interposição de agravo contra a decisão do Juiz da execução penal, descabendo intimação do defensor nomeado por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
- B) compete ao Juízo das Execuções Federal a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, ainda que recolhidos a estabelecimentos sujeitos à Administração estadual.
- C) a aplicação das sanções disciplinares de isolamento e de inclusão no regime disciplinar diferenciado é de competência, respectivamente, do diretor do estabelecimento prisional e do Juiz da execução, não podendo a primeira exceder a sessenta dias.
- D) a regressão do condenado a regime mais rigoroso depende de sua prévia oitiva se a falta grave imputada consistir em incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina, mas não no caso de possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.
- E) das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo, podendo o Ministério Público obtê-lo por meio da interposição de mandado de segurança.

(CESPE/TJ-PA/2019)

238) Durante revista regular no interior de um presídio, um revólver foi encontrado na posse de Antônio, que cumpria pena no regime semiaberto, o que constitui falta grave.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Antônio estará sujeito a regressão do regime de cumprimento da pena, desde que condenado pelo juízo competente pela posse da arma.
- B) Em se tratando de situação de flagrância, o diretor do presídio poderá, desde já, efetuar a inclusão do detento em regime disciplinar diferenciado.
- C) O prazo para a autoridade aplicar a pena correspondente à falta grave cometida é de dois anos; findo esse prazo, estará preclusa qualquer possibilidade de regressão.
- D) Caso o juízo da execução decida pela regressão do regime, em razão da conduta de Antônio, caberá recurso em sentido estrito no prazo de quinze dias.
- E) O juízo de execução poderá determinar regressão do regime, baseado em procedimento instaurado pelo diretor do presídio, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

(FCC/DPE-AM/2019)

239) Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre a execução penal,

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

- A) a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do trânsito em julgado da decisão do reconhecimento judicial dessa infração.
- B) a prática de falta grave interrompe o prazo para fins de comutação de pena e indulto.
- C) é possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, exceto se extramuros.
- D) a ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.
- E) admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada, sendo obrigatório em casos de crimes hediondos.

(CESPE/DPE-PE/2018)

240) João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- A) O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.
- B) Embora a conduta de João seja tipificada como falta grave na legislação de execução penal, é dispensável a instauração de procedimento administrativo para apurar o fato.
- C) O prazo para a comutação da pena de João e indulto não será interrompido em razão da falta cometida.
- D) No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.
- E) O prazo de prescrição da falta praticada por João — portar telefone celular em sua cela — é de cinco anos.

(FUNDATEC/PC-RS/2018)

241) A necessidade de respeito à integridade física e moral do preso fez com que, atualmente, o entendimento jurisprudencial seja pela impossibilidade do uso de algemas, a menos que haja resistência e fundado receio de fuga ou perigo à integridade física do preso, o que não inclui riscos à integridade física de terceiros pessoas, pois, nesse caso, serão cabíveis outras providências.

(FCC/DPE-RS/2018)

242) Como resultado de uma interpretação extensiva in bonam partem da norma inserta no art. 126 da Lei de Execuções Penais, é possível a hipótese de abreviação da reprimenda pela remição de pena em razão de atividades atinentes ao estudo ou ao trabalho que, embora não estejam expressas no texto legal, servem para criar condições para a harmônica integração social do condenado.

(CESPE/PF/2018)

243) Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Diogo, condenado a sete anos e seis meses de reclusão pela prática de determinado crime, deve iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. Todavia, na cidade onde se encontra, só há estabelecimento prisional adequado para a execução da pena em regime fechado. Nessa situação, o juiz poderá determinar que Diogo inicie o cumprimento da pena no regime fechado.

(FCC/Câmara Legislativa do Distrito Federal/2018)

244) Segundo a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- A) pratica falta média o condenado à pena privativa de liberdade que incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- B) a prática de falta grave interrompe o lapso temporal para obtenção de livramento condicional e para a progressão de regime.
- C) para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa.
- D) o prazo de prescrição para apuração de falta disciplinar grave verificada após a edição da Lei nº 12.234/2010 é de um ano, a contar da data da citação do acusado ou da primeira manifestação da defesa nos autos.
- E) o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena depende do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

(VUNESP/TJ-SP/2018)

245) Quanto à Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- A) A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena, apenas para indulto.
- B) Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, não se considera o tempo de cumprimento da pena no regime fechado, somente o no semiaberto.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

C) Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado ou defensor público.

D) O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena não prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

246) Sobre remição, leia as afirmativas.

I. A possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura se trata de analogia in bonam partem da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções Penais

II. O fato de o estabelecimento penal assegurar acesso a atividades laborais e à educação formal, não impede que se obtenha também a remição pela leitura, que é atividade complementar, mas não subsidiária, podendo ocorrer concomitantemente, havendo compatibilidade de horários.

III. A remição não ocorre na razão dos dias efetivamente trabalhados - e sim das horas laboradas sendo que a contagem de tempo deverá ser efetuada conforme o binômio 1 dia de pena/3 dias trabalhados.

IV. Com efeito, muito embora a remição da pena pelo trabalho seja um direito do condenado, é necessário que sejam observados os parâmetros ditados pela norma, que são 24 horas trabalhadas, com a remição de 1 dia a cada 3 de trabalho. Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) II e III.

(IBADE/SEJUDH - MT/2017)

247) Os presos provisórios ficarão separados considerando os seguintes critérios, acusados por crimes hediondos e equiparados, acusados por crimes com violência ou grave ameaça a pessoa e os demais acusados por outros crimes e contravenções penais.

(NUCEPE/SEJUS-PI/2017)

248) De acordo com a Recomendação Nº 44 de 26/11/2013 do CNJ há a recomendação de estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 devendo ser observando o seguinte aspecto:

- A) necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem subjetiva.
- B) assegurar, o quanto possível, a participação no projeto somente de presos nacionais submetidos à prisão cautelar.
- C) para que haja a efetivação dos projetos, garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 10 (dez) exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades.
- D) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 20 (vinte) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando, ao final do período, resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional.
- E) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvido apenas o Ministério Público.

(CETRO/TJ-RJ/2017)

249) De acordo com entendimento majoritário do STJ, é prescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional para apuração de falta grave quando já instaurado procedimento judicial, com oitiva do preso e a presença do advogado.

(VUNESP/TJ-SP/2017)

250) No tocante às penas privativas de liberdade, é correto afirmar que o reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado da sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato e interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime, o qual se reinicia a partir da decisão judicial que identificar a infração.

(FCC/DPE-SC/2017)

251) Sobre o acesso à água no sistema prisional,

A) a Lei de Execução Penal garante o acesso à água para fins de higiene pessoal na temperatura apropriada ao clima da região em que a pessoa está presa.

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

B) o suprimento do fornecimento de água por meio dos familiares dos presos não configura irregularidade no funcionamento do estabelecimento prisional, pois o fim pode ser atingido.

C) as Regras de Mandela preveem o direito de todo preso a ter acesso a água sempre que necessitar como parte do direito à alimentação, mencionando expressamente a qualidade de água potável.

D) em recente decisão, o STJ afirmou que o acesso à água aquecida para banho é uma questão administrativa, que não pode ser pleiteada por via de ação civil pública.

E) ao contrário da dieta alimentar, a redução do acesso à água potável é permitida de modo excepcional pelas Regras de Mandela, desde que não configure ausência completa do fornecimento.

(CESPE/SERES-PE/2017)

252) Condenado que cumpra pena no regime fechado poderá progredir diretamente para o regime aberto se já tiver cumprido tempo de pena suficiente no regime fechado.

(CESPE/DPU/2017)

253) Com referência à execução penal e ao regramento internacional de tratamento das pessoas presas, julgue o item subsequente.

Segundo o STF, o trabalho em regime aberto que for realizado fora da casa de albergado não será considerado para fins de remição da pena..

(FAPEMS/PC-MS/2017)

254) Não impede a progressão de regime de execução de pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.

(FAPEMS/PC-MS/2017)

255) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

(FAPEMS/PC-MS/2017)

256) A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir não exige motivação idônea por parte do magistrado.

(CONSULPLAN/TJ-MG/2017)

257) Segundo entendimento do STJ, o período de atividade laboral do apenado que exceder o limite máximo da jornada de trabalho (8 horas) deve ser computado para fins de remição, de forma que a cada 6 (seis) horas extras realizadas equivalha a 1 (um) dia remido.

(CONSULPLAN/TJ-MG/2017)

258) Segundo entendimento do STJ, o período de atividade laboral do apenado que exceder o limite máximo da jornada de trabalho (8 horas) deve ser computado para fins de remição, de forma que a cada 6 (seis) horas extras realizadas equivalha a 1 (um) dia remido.

(CONSULPLAN/TJ-MG/2017)

259) O STJ entende que o preso que se acidenta quando está se deslocando para o trabalho, ficando, assim, impossibilitado de prosseguir na atividade, continuará a beneficiar-se com a remição durante todo o período em que estiver afastado do serviço em razão do acidente.

(CESPE/DPE-AL/2017)

260) Na remição da pena decorrente da realização de trabalho, abate-se um dia de pena a cada três dias de trabalho, o que impõe, para fins de cálculo, a consideração dos dias efetivamente trabalhados, e não a soma das horas.

(CESPE/DPE-AL/2017)

261) Constatada a inexistência de condições adequadas ao cumprimento de pena, por precariedade, superlotação e falta de estabelecimento prisional compatível, por exemplo, admite-se o deferimento, ao sentenciado, de

A) remição penal como indenização decorrente das condições precárias ou degradantes a que tiver sido submetido.

B) progressão de regime prisional per saltum, passando-se para um regime mais brando, caso falte vagas no regime intermediário.

C) prisão domiciliar para qualquer dos regimes prisionais, mediante monitoração eletrônica.

D) inserção no sistema penitenciário federal, se este oferecer condições dignas de cumprimento da reprimenda.

E) saída antecipada no regime com falta de vagas, além do cumprimento de penas restritivas de direito.

(VUNESP/DPE-RO/2017)

262) Qual dos enunciados a seguir reflete entendimento já sumulado pelo STJ?

A) Para obtenção dos benefícios de saída temporária e trabalho externo, não se considera o tempo de cumprimento da pena no regime fechado por se tratar de benefícios próprios do regime semiaberto.

B) O tempo de duração da medida de segurança pode ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado se as causas relacionadas à inimizabilidade penal persistirem.

C) Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é prescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

D) O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.

E) O benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional suscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.

(FGV/OAB/2021)

263) Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias.

Considerando os fatos narrados, o advogado de Rafael poderá buscar o reconhecimento da ilegalidade da sanção aplicada, porque

A) o fato praticado pelo preso não constitui falta grave.

B) a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado depende de decisão do juízo competente.

C) o preso provisório não está sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

D) a inclusão no regime disciplinar diferenciado não pode ultrapassar o período inicial de 30 dias, apesar da possível prorrogação por igual período.

(INSTITUTO AOCP/PC-PA/2021)

264) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

A) o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.

B) a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.

C) o mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.

D) se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.

E) os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

(CESPE/DEPEN/2021)

265) Acerca das disposições expressas na Lei de Execução Penal sobre o instituto do livramento condicional, julgue o próximo item.

Preso beneficiado pelo livramento condicional durante o período de prova é considerado egresso.

C) Certo

E) Errado

(CESPE/DEPEN/2021)

266) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

Comete falta grave a pessoa condenada a pena privativa de liberdade que participa de movimento para subverter a disciplina do estabelecimento prisional.

C) Certo

E) Errado

(CESPE/DEPEN/2021)

267) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

O regime disciplinar diferenciado não se aplica aos presos provisórios.

C) Certo

E) Errado

(CESPE/DEPEN/2021)

268) Em relação ao conjunto de regras disciplinares impostas ao sentenciado, julgue o item a seguir.

A inclusão de preso em regime disciplinar diferenciado não pode ser decretada de ofício pelo juiz da execução, dependendo, em regra, de requerimento do diretor do estabelecimento prisional ou de outra autoridade administrativa.

C) Certo

E) Errado

(CESPE/DEPEN/2021)

269) Em relação ao conjunto de regras disciplinares impostas ao sentenciado, julgue o item a seguir.

@Quebrandoquestões



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

Em observância ao princípio da legalidade, as faltas disciplinares leves, médias e graves deverão ter previsão expressa na Lei de Execução Penal.

- C) Certo
- E) Errado

(INSTITUTO AOCP/ITEP-RN/2021)

270) Conforme a Lei de Execução Penal, “o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.”

Nesse caso, de acordo com a sobredita Lei, o limite máximo do número de presos será de

- A) cinco por cento do total de empregados na obra.
- B) dez por cento do total de empregados na obra.
- C) quinze por cento do total de empregados na obra.
- D) vinte por cento do total de empregados na obra.
- E) vinte e cinco por cento do total de empregados na obra.

(FCC/DPE-RR/2021)

271) São direitos do preso expressamente previstos na Lei de Execução Penal

- A) chamamento numérico e igualdade de tratamento.
- B) obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva se relacionar.
- C) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo e alimentação suficiente.
- D) previdência Social e visita íntima homoafetiva.
- E) banho de sol de pelo menos 6 horas e constituição de pecúlio.

(CESPE/DEPEN/2021)

272) No que concerne ao disposto na Lei de Execução Penal (LEP) a respeito dos órgãos de execução penal, julgue o item subsequente.

Entre as atividades do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária incluem-se a inspeção e a fiscalização dos estabelecimentos penais estaduais e federais.

- C) Certo
- E) Errado

(CESPE/DEPEN/2021)

273) No que concerne ao disposto na Lei de Execução Penal (LEP) a respeito dos órgãos de execução penal, julgue o item subsequente.

Cabe ao Conselho Penitenciário a emissão de parecer sobre indulto e comutação da pena, incluindo-se o realizado com base no estado de saúde do preso.

- C) Certo
- E) Errado

(IDECAN/PC-CE/2021)

274) A Lei de Execuções Penais – 7.210/84 – é considerada um diploma moderno, que reconhece o preso como sujeito de direitos e estabelece deveres e direitos aos condenados. A respeito das disposições legais contidas na Lei 7.210/84, NÃO é correto afirmar que

- A) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- B) são considerados órgãos da execução penal o Conselho da Comunidade, o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, a Defensoria Pública, o Patronato, os Agentes Penitenciários, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Juízo da Execução e os Departamentos Penitenciários.
- C) a remissão de parte do tempo de execução da pena, por trabalho ou por estudo, será contado da seguinte forma: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- D) quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.
- E) a LEP se aplicará igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

(CESPE/DEPEN/2021)

275) Com base no disposto na Lei de Execução Penal quanto aos estabelecimentos prisionais, julgue o item que se segue.



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

A denominada casa do albergado destina-se exclusivamente ao cumprimento de pena em regime aberto.

C) Certo.

E) Errado.

276) Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

A) pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;

B) pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;

C) o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;

D) para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;

E) após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.

(INSTITUTO AOC/PC-PA/2021)

277) Considerando as recentes alterações legislativas, assinale a alternativa correta sobre a Lei de Execução Penal.

A) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

B) o regime disciplinar diferenciado não será aplicado aos presos provisórios, mas para os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

C) a ausência de vigilância direta impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

D) a autorização para saída temporária do condenado será concedida por prazo não superior a catorze dias, podendo ser renovada por mais seis vezes durante o ano.

E) a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos vinte por cento da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

Gabarito											
1	D	46	D	91	E	136	C	181	E	226	E
2	E	47	B	92	E	137	B	182	C	227	C
3	C	48	C	93	E	138	E	183	A	228	E
4	B	49	C	94	C	139	E	184	C	229	C
5	C	50	B	95	E	140	E	185	E	230	E
6	E	51	C	96	E	141	C	186	E	231	E
7	D	52	E	97	D	142	C	187	E	232	C
8	A	53	E	98	E	143	C	188	E	233	E
9	B	54	A	99	E	144	E	189	E	234	E
10	E	55	C	100	C	145	C	190	C	235	B
11	C	56	E	101	C	146	E	191	C	236	D
12	E	57	E	102	E	147	B	192	E	237	A
13	C	58	B	103	C	148	B	193	C	238	E
14	C	59	A	104	B	149	D	194	D	239	D
15	B	60	B	105	A	150	C	195	A	240	C
16	C	61	C	106	C	151	E	196	E	241	E
17	B	62	A	107	C	152	E	197	C	242	C
18	A	63	B	108	E	153	C	198	E	243	E
19	D	64	E	109	E	154	B	199	E	244	C
20	E	65	B	110	E	155	E	200	D	245	C
21	E	66	D	111	A	156	C	201	E	246	A
22	C	67	E	112	C	157	E	202	E	247	C
23	E	68	E	113	E	158	D	203	E	248	A
24	E	69	A	114	E	159	C	204	E	249	E
25	C	70	C	115	E	160	C	205	E	250	E
26	C	71	A	116	E	161	E	206	E	251	C
27	E	72	D	117	C	162	C	207	E	252	E
28	B	73	C	118	E	163	E	208	E	253	C
29	B	74	C	119	C	164	D	209	E	254	C
30	B	75	B	120	B	165	C	210	D	255	E
31	A	76	C	121	E	166	A	211	A	256	E
32	A	77	E	122	C	167	E	212	C	257	E
33	E	78	E	123	E	168	E	213	A	258	E
34	B	79	B	124	C	169	D	214	E	259	C
35	B	80	C	125	D	170	E	215	E	260	C
36	A	81	E	126	A	171	B	216	E	261	E
37	E	82	E	127	A	172	E	217	B	262	D
38	E	83	C	128	E	173	E	218	B	263	B
39	E	84	C	129	A	174	E	219	E	264	A
40	E	85	E	130	C	175	B	220	E	265	C
41	E	86	E	131	A	176	C	221	D	266	C
42	A	87	C	132	E	177	E	222	E	267	E
43	E	88	C	133	C	178	D	223	B	268	C
44	D	89	C	134	D	179	E	224	E	279	E
45	C	90	C	135	B	180	E	225	E	270	B



Lei de Execução Penal – Questões Sem Comentários

271	C										
272	C										
273	E										
274	B										
275	E										
276	A										
277	A										

